ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio social

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

OMNO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores(as) e Conselheiros(as) da
Associação Unificada de Recuperação e Apoio - AURA
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

OMNO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores(as) e Conselheiros(as) da
Associação Unificada de Recuperação e Apoio - AURA
Belo Horizonte - MG

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

A Entidade possui parcelamentos de contribuição previdenciária INSS junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Em 2014, a Administração optou pelo parcelamento de débitos especial do Governo – REFIS, conforme nota explicativa 14. Até a conclusão de nossos trabalhos, a Receita Federal do Brasil não havia consolidado esses débitos, motivo pelo qual não foi possível quantificar os valores desta obrigação que terão efeitos no passivo e no resultado.

OPINIÃO

Em nossa opinião, exceto quantos aos possíveis efeitos que poderiam resultar dos assuntos mencionados no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

OMNO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores(as) e Conselheiros(as) da
Associação Unificada de Recuperação e Apoio - AURA
Belo Horizonte - MG

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 4, foram auditados por outros auditores independentes, cujo relatório emitido em 10 de julho de 2015, contém ressalva relacionada ao assunto descrito acima. No exercício de 2015 foram registrados os débitos de impostos de renda retidos na fonte e pis sobre folha de pagamento consolidados pela Receita Federal do Brasil, conforme nota explicativa 14, restando a consolidação por parte da Receita Federal do Brasil dos saldos relativos à contribuição previdenciária INSS, conforme mencionado no item acima.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, revisamos também as reapresentações descritas na nota explicativa 4, que foram efetuadas para tornar as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 comparáveis com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015. Em nossa opinião, tais reapresentações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Entidade referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

Contagem, 08 de março de 2016

Rodrigo Vilela de Freitas
Sócio-contador
CRC MG 082650/O-4
OMNO Auditores Independentes
CRC MG 008645/O

QUADRO 1

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em reais)

	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	5	204.557	181.727
Adiantamento a fornecedores	6	366.441	374.195
Tributos a recuperar/compensar	7	27.833	24.591
Outros créditos		-	1.422
Total do ativo circulante		598.831	581.935
NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos		-	147
Total do ativo realizável a longo prazo		-	147
Propriedades para investimento	8	6.310.000	5.756.029
Imobilizado	9	3.962.095	3.432.195
Total do ativo não circulante		10.272.095	9.188.371
TOTAL DO ATIVO		10.870.926	9.770.306

	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
PASSIVO E PATRIMONIO SOCIAL			
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	61.162	65.547
Salários e encargos sociais	12	375.477	497.018
Impostos a recolher	13	12.987	156.534
Parcelamentos	14	31.527	-
Outras contas a pagar	15	87.736	89.235
Total do passivo circulante		568.889	808.334
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos	11	1.501.333	1.062.976
Parcelamentos	14	157.328	-
Outras contas a pagar	15	6.000	351
Total do passivo não circulante		1.664.661	1.063.327
PATRIMONIO SOCIAL			
Patrimonio social	16.a	4.638.645	6.858.403
Ajuste de Avaliações Patrimoniais	16.b	3.260.000	3.260.000
Superávit (déficit) acumulado		738.731	(2.219.758)
Total do patrimonio social		8.637.376	7.898.645
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO SOCIAL		10.870.926	9.770.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em reais)

	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	2.430.734	2.487.694
CUSTOS DA OPERAÇÃO	18	(1.133.401)	(1.135.615)
SUPERÁVIT BRUTO		1.297.333	1.352.079
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	18	(857.569)	(673.323)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	554.870	(2.710.074)
Receitas Financeiras		10.010	8.562
Despesas Financeiras		(265.913)	(197.002)
		(558.602)	(3.571.837)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		738.731	(2.219.758)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO SOCIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Superávit (déficit) acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	7.269.057	-	(410.654)	6.858.403
Redução do patrimônio social	(410.654)	-	410.654	-
Avaliações patrimoniais	-	3.260.000	-	3.260.000
Déficit do exercício	-	-	(2.219.758)	(2.219.758)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Reapresentado)	6.858.403	3.260.000	(2.219.758)	7.898.645
Redução do patrimônio social	(2.219.758)	-	2.219.758	-
Superávit do exercício	-	-	738.731	738.731
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	4.638.645	3.260.000	738.731	8.637.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em reais)

	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	738.731	(2.219.758)
Depreciação e amortização	39.947	54.025
Valor residual do imobilizado baixado	-	-
Resultado ajustado	778.678	(2.165.733)
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Adiantamento a fornecedores	7.754	(353.954)
Tributos a recuperar	(3.242)	(4.350)
Outros créditos	1.568	(19.015)
Fornecedores	(4.384)	(46.451)
Impostos a recolher	(143.548)	(46.559)
Convênio SEDESE	-	(143.892)
Salários e obrigações sociais	(121.541)	(73.176)
Outras contas a pagar	4.150	3.739
	(259.243)	(683.658)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	519.435	(2.849.391)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições de ativos imobilizados	(569.846)	-
Adições de propriedade para investimento	(600.000)	(5.756.029)
Baixa de ativos imobilizado		2.639.251
Transferência de ativos imobilizados		1.749.027
Baixa de propriedade para investimento	46.029	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(1.123.817)	(1.367.751)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Patrimônio	-	3.260.000
Captação de empréstimos	438.358	990.284
Captação de parcelamentos	188.854	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	627.212	4.250.284
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.830	33.142
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	181.727	148.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	204.557	181.727
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes	22.830	33.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA ("Associação") é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada no ano de 1998 e qualificada como entidade com título de utilidade pública em âmbito municipal, estadual e federal. A Associação possui registro e certificado de entidade beneficente de assistência social emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. A Associação tem como objetivo global a assistência na recuperação e apoio a crianças e adolescentes portadores de câncer e seus familiares. Na realização de seus projetos mantém parcerias com governos municipais, empresas privadas e com a sociedade civil organizada.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com os princípios e normas contábeis emanados do conselho Federal de Contabilidade ITG 2002/2012 – entidades sem finalidade de lucros, aprovadas pela Resolução CFC 1.409/2012 e alterações posteriores do Conselho Federal de Contabilidade, incluindo no que aplicável às alterações introduzidas pela Lei 11.638/07.

2.2 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional definida pela administração da Entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas na casa dos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 08 de março de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes.

b. Demais ativos circulantes e não circulantes

Apresentados aos valores de custo ou realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

c. Propriedade para Investimento

A propriedade para investimento é mantida para valorização e são mensuradas ao valor justo.
O valor justo da propriedade para investimento, foi apurado por meio de Laudo de Avaliação por perito independente, com base nas avaliações de mercado.
A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação, quando aplicável. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (impairment), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica desses bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

e. Empréstimos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos.

f. Provisões

Uma provisão é constituída, em função de evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes.

h. Resultado

As receitas e as despesas são registradas conforme o período de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

i. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Entidade, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações financeiras, é incluídas diversas estimativas referentes a ajustes a valor presente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do ativo imobilizado e provisões necessárias para passivos contingentes, para calcular projeções a fim de determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível, bem como a determinação de provisão para imposto de renda. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

4. REAPRESENTAÇÃO DE VALORES REFERENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

Correção de erros

Foi ajustado e está sendo reapresentado como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, os seguintes assuntos:

a) Adiantamento a fornecedores: Baixa de adiantamentos realizados a fornecedores de longa data.

b) Outros realizáveis a longo prazo: imposto pago indevidamente.

c) Fornecedores: Estorno e lançamentos, nas contas de fornecedores, referente a pagamentos não reconhecidos em períodos anteriores e reconhecimentos de obrigações não contabilizadas.

d) Impostos a Recolher: Lançamentos indevidos e/ou duplicidade (INSS Retido, IRRF s/folha, IRRF s/aluguéis, ISS Retido, PIS s/folha, PIS/COFINS/CSSL Retido).

e) Empréstimos: reconhecimento de juros conforme contrato.

f) Imobilizado: Reclassificação de Imobilizado para Investimento, bem como baixa do imobilizado de construções em andamento, em referência ao processo nº 0171969-48.2007.8.13.0407 da prefeitura de Juatuba - MG cujo objetivo era reaver o terreno doado à entidade. Por decisão judicial de abril de 2014, a prefeitura de Juatuba – MG ficou com parte do terreno e a construção do hospital que estava sendo realizada pela entidade, sendo baixado este imobilizado de construções em andamento mediante tal decisão judicial. A outra parte do terreno foi cedida à entidade que tomou posse do terreno e da construção da cede que estava sendo construída. Ainda no exercício de 2014, por decisão dos conselheiros em assembleia geral, foi definido a futura negociação do terreno e suas respectivas edificações e, portanto, houve a necessidade de reclassificar o terreno e construções para investimentos. A entidade forneceu laudo de avaliação da construções e terrenos, para atualização ao seu valor justo.

	31/12/2014		
	Emitido anteriormente	Reclassificação	Reapresentado
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	181.727	-	181.727
Adiantamentos	377.256	(3.061)	374.195
Tributos a recuperar/compensar	24.591	0	24.591
Despesas antecipadas	1.422	-	1.422
Total do ativo circulante	584.996	(3.061)	581.935
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Outros realizáveis a longo prazo	179	(32)	147
Total do ativo realizável a longo prazo	179	(32)	147
Propriedades para investimento	46.029	5.710.000	5.756.029
Imobilizado	8.496.467	(5.064.272)	3.432.195
Total do ativo não circulante	8.542.675	645.696	9.188.371
TOTAL DO ATIVO	9.127.671	642.635	9.770.306

	31/12/2014		
	Emitido anteriormente	Reclassificação	Reapresentado
PASSIVO E PATRIMONIO SOCIAL			
CIRCULANTE			
Fornecedores	59.583	5.964	65.547
Salários e encargos sociais	497.018		497.018
Impostos a recolher	173.741	(17.207)	156.534
Outros passivos circulantes	89.235	-	89.235
Total do passivo circulante	819.577	(11.243)	808.334
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos	1.029.847	33.129	1.062.976
Outros passivos não circulantes	351	-	351
Total do passivo não circulante	1.030.198	33.129	1.063.327
PATRIMONIO SOCIAL			
Patrimonio social	6.858.403	-	6.858.403
Avaliações Patrimoniais	-	3.260.000	3.260.000
Superávit (déficit) acumulado	419.493	(2.639.251)	(2.219.758)
Total do patrimonio social	7.277.896	620.749	7.898.645
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO SOCIAL	9.127.671	642.635	9.770.306

	31/12/2014		
	Emitido anteriormente	Reclassificação	Reapresentado (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.496.256	(8.562)	2.487.694
CUSTOS DA OPERAÇÃO	(1.135.615)	-	(1.135.615)
SUPERÁVIT BRUTO	1.360.641	-	1.352.079
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	(870.325)	197.002	(673.323)
Outras receitas (despesas) operacionais	(70.823)	(2.639.251)	(2.710.074)
Receitas Financeiras	-	8.562	8.562
Despesas Financeiras	-	(197.002)	(197.002)
	(941.148)	(2.630.689)	(3.571.837)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	419.493	(2.639.251)	(2.219.758)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	9.936	5.069
Bancos	17.057	8.086
Aplicações financeiras (a)	177.564	168.572
	204.557	181.727

a) As aplicações financeiras são consideradas como equivalente de caixa por serem de liquidez imediata e não apresentarem risco de perda de valor significativo no momento de seu resgate.
A Aplicação Financeira "Aplicação Automática Banco Itaú S/A" corresponde a uma aplicação automática vinculada a conta corrente 00200-2.
Aplicação Financeira "Aplicação Automática Banco Itaú S/A" corresponde a uma aplicação automática vinculada a conta corrente 66200-8.

6. ADIANTAMENTOS

Os saldos de adiantamentos referem-se basicamente aos adiantamentos a fornecedores que são montantes pagos de forma antecipada, essencialmente, a fornecedores envolvidos na construção de ativos fixos da Entidade.

A posição dos adiantamentos em 31 de dezembro de 2015 estava assim representada:

	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos a fornecedores	364.441	374.195
Adiantamentos a funcionarios	2.000	-
	366.441	374.195

7. TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR

	31/12/2015	31/12/2014
IRRF	-	784
IRRF sobre aplicações financeiras	2.885	157
PIS/COFINS/CSLL	-	1.077
INSS a compensar	1.228	-
Parcelamento Lei 12.996/14 (a)	23.720	22.573
	27.833	24.591

a) A entidade optou em aderir aos Parcelamentos Lei 12.996/2014 – Refis. Os pagamentos vêm sendo realizados mensalmente, entretanto o parcelamento referente ao INSS ainda não foi consolidado pela Receita Federal do Brasil, ficando assim a entidade com esse direito dos pagamentos de forma antecipada.

8. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

No ano de 2014, a Associação recebeu através de doação da Associação Beneficente de Amparo Social – ABAS, duas salas situadas em edifício na região central da cidade de Belo Horizonte. As respectivas salas foram avaliadas em R$23.603 e R$22.426. As salas foram alienadas em janeiro de 2015 por R$ 63.600.

Ainda conforme nota explicativa 4 (f), a entidade mantém o terreno em Juatuba – MG com respectiva edificação para futura negociação. Esta propriedade para investimento foi avaliada pelo seu valor justo conforme Laudo de Avaliação Patrimonial realizada por perito independente que conforme premissas de mercado assim a definiu :

	31/12/2015	31/12/2014
Terrenos	3.400.000	3.260.000
Edificações	2.910.000	2.450.000
	6.310.000	5.710.000

No exercício de 2015, a Entidade apresentou laudo de avaliação realizado por perito independente, e a propriedade para investimento foi atualizada a valor justo com reflexo diretamente no resultado do exercício conforme NBC TG 1000.

9. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2015 é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Entidade e está demonstrado como segue:

		31/12/2015			31/12/2014 (Reapresentado)		
	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Móveis e utensílios	10	181.928	(90.923)	91.005	180.768	(72.798)	107.970
Veículos	20	164.000	(164.000)	-	164.000	(153.433)	10.567
Computadores e periféricos	20	102.466	(87.708)	14.758	99.079	(67.780)	31.299
Máquinas e equipamentos	10	41.890	(18.857)	23.033	40.478	(14.739)	25.739
Imobilizados em andamento (a)	-	3.825.935	-	3.825.935	3.248.726	-	3.248.726
Outras imobilizações	10	13.911	(6.547)	7.364	13.155	(5.261)	7.894
Total		4.330.130	(368.035)	3.962.095	3.746.206	(314.011)	3.432.195

Os imobilizados em andamento referem-se à construção da futura sede própria da entidade que está em construção com previsão de funcionamento para o ano de 2016.

10. FORNECEDORES

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores de serviços administrativos	30.136	32.297
Fornecedores de serviços publicitários	16.712	17.910
Fornecedores de materiais e serviços para construção	14.314	15.340
	61.162	65.547

As obrigações com fornecedores são decorrentes basicamente do fornecimento de serviços necessários às atividades da Entidade.

11. EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos junto a pessoas físicas apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2015:

	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas físicas (a)	1.501.333	1.062.976
	1.501.333	1.062.976

Refere-se a captação de recursos de empréstimos junto a conselheiros da entidade. Estes empréstimos são atualizados pela variação da caderneta de poupança do período.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

O saldo de obrigações trabalhistas estão assim representadas:

	31/12/2015	31/12/2014
Salários a pagar	118.291	106.603
Provisões para férias e 13º salário	107.066	134.920
Encargos sobre a folha de pagamento	150.120	255.495
	375.477	497.018

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2015	31/12/2014
IRRF	3.517	125.387
PIS	1.540	19.390
INSS	-	2.914
ISS	1	640
Outros tributos	7.929	8.203
	12.987	156.534

14. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS

	31/12/2015	31/12/2014
Parcelamentos INSS nº 1321704	25.886	-
Parcelamentos Refis cod 4737 (a)	107.611	-
Parcelamentos Refis cod 4750 (a)	43.967	-
Parcelamentos Convenio 775/11 - SEDESE	11.392	-
	188.855	-
Circulante	31.527	-
Não Circulante	157.328	-

a) No exercício de 2014 a Entidade aderiu ao parcelamento da Lei 12.996 junto a Receita Federal, para tributos federais de Imposto de Renda Retido na Fonte e Pis sobre folha de pagamento conforme consolidação do débito em 14/09/2015, ficando um saldo a pagar de R$ 188.855 em 31 de dezembro de 2015. O parcelamento referente ao INSS ainda não foi consolidado pela Receita Federal do Brasil, sendo que os valores reais para registro de tal obrigação somente poderão ser registrados quando da efetiva consolidação. As obrigações vincendas estão assim segregadas:

Refis cód 4737 - 176 parcelas vincendas

Refis cód 4750 - 57 parcelas vincendas

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo de outras contas a pagar em 31 de dezembro de 2015, pode ser assim apresentado:

	31/12/2015	31/12/2014
Aluguel	3.736	88.855
Acordos Judiciais (a)	60.000	-
Acordos	30.000	731
	93.736	89.586
Circulante	87.736	89.235
Não Circulante	6.000	351

a) A entidade fez acordo judicial em relação aos débitos de Aluguéis da Casa de Apoio, sendo que R$60.000 foi dado como entrada e o restante parcelado em 22 parcelas acrescida de juros de 1% a.m. Em 31 de dezembro de 2015 restavam 12 parcelas vincendas no valor de R$ 5.000.

16. PATRIMÔNIO SOCIAL

a) Patrimônio Social

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica "Superávit/Déficit acumulado", enquanto não aprovados pela Assembleia Deliberativa e, após a sua aprovação, são transferidos para a conta de Patrimônio Social.

O patrimônio social da Entidade em 31 de dezembro de 2015, no montante de R$ 8.637.376, representa o montante inicial aportado para inicio das atividades da Entidade, sendo aumentado ou reduzido anualmente em função do superávit ou déficit apurado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os resultados apurados foram, respectivamente, superávit de R$ 738.731 e déficit de R$ 2.219.758.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Essa rubrica representa a contrapartida do aumento do investimento decorrente da atualização pelo valor justo do terreno e edificação, conforme nota explicativa 4 (f) e 8.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Entidade realiza captação de recursos essencialmente através de doações sem finalidade específica de pessoas físicas e jurídicas. Estas doações são obtidas através das atividades de telemarketing, doações por meio de contas de energia, telefone, convênios, depósitos bancários realizados diretamente em contas bancárias da Associação.

Os saldos recebidos a título de doação, e que compõem a receita operacional da Associação em 2015 e 2014, são apresentados a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Contribuições de Associados	8.655	500
Contribuições de Promoções	-	12.284
Doações Patrimoniais	-	19
Donativos Recebidos de Pessoas Físicas sem Fim Especifico	603.494	1.268.724
Donativos Recebidos de Pessoas Jurídica sem Fim Especifico	1.762.193	1.010.982
Secretaria do Estado Desenvolvimento Social - SEDESE	-	148.837
Receitas Administrativas	56.392	46.348
	2.430.734	2.487.694

18. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

Apresentamos a seguir a composição das despesas e dos custos por natureza:

Custos da Operação

	31/12/2015	31/12/2014
Casa de Apoio - Gastos com Pessoal	522.774	483.183
Casa de Apoio - Propaganda e Publicidade	431	3.941
Casa de Apoio - Entregas e Frete	1.566	1.265
Casa de Apoio - Viagens e representações	6.876	4.854
Casa de Apoio - Despesas operacionais	188.953	183.763
Telemarketing - Gastos com Pessoal	309.334	340.640
Telemarketing - Despesas operacionais	103.467	117.969
	1.133.401	1.135.615

Despesas gerais e administrativas

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas - Administração Gastos com Pessoal	350.596	268.574
Despesas - Administração Alugueis	81.626	47.510
Despesas - Administração Despesas Operacionais	411.411	332.606
Despesas - Taxas, Impostos e Contribuições	13.936	24.633
	857.569	673.323

Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Administrativas	17.571	-
Outras Receitas	600.000	-
Outras Despesas	(9.084)	-
Baixa de ativo imobilizado (a)	-	(2.639.251)
Depreciação	(39.947)	(54.025)
Secretaria do Estado Desenvolvimento Social - SEDESE	(13.670)	(16.798)
	554.870	(2.710.074)

a) Refere-se a baixa do ativo imobilizado de construções em andamento da edificação incorporada ao terreno na cidade de Juatuba – MG, que por sua vez foi transferida para a Prefeitura de Juatuba-MG por decisão judicial conforme nota explicativa 4 (f).

19. CUSTO DE ISENCAO USUFRUIDA

Para atender os requisitos da legislação pertinente, os valores relativos às isenções previdências usufruídas, como se devidas fossem, durante o exercício de 2015, sendo estes valores registrados e controlados em cotas de resultado constantes do Balanço Patrimonial.

Custo de isenção usufruído pela entidade no periodo 2015	
Imunidade INSS - Cota Patronal	214.240
Imunidade INSS - Terceiros	62.050
Imunidade INSS - Rat	16.047
Total	292.337

20. PROJETOS DE ASSISTENCIA SOCIAL

Benefícios – Assistência Social

No atendimento ao dispositivo no artigo 18 da Lei 12.101/09, a entidade até 31 de dezembro de 2015, através dos seus projetos concedeu um total de R$ 720.599, os gastos/custos desses projetos estão representados pelos gastos/custos Casa de apoio, aplicados em alimentação, remédios, salários, encargos sociais, água, energia elétrica e outros.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015, a Entidade possuía instrumentos financeiros representados substancialmente, por caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos. Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial findo naquela data aproximam-se do valor de mercado, estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações dos juros atualizados até a data do balanço.
ativos.

22. SEGUROS – NÃO AUDITADO

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir 100% de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

23. FILANTROPIA

A entidade Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA obteve deferimento da renovação de seu Certificado de Instituição Beneficente de Assistência Social, publicado no Diário Oficial da União nº 242, em 18 de dezembro de 2015 com validade de 24 de janeiro de 2016 à 23 de janeiro de 2019.

/* * *